EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO EM ESPAÇOS PRISIONAIS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS DE MACAU/RN

Alcinéia Rodrigues dos Santos²³

RESUMO: A proposta deste estudo é apresentar considerações sobre importância da educação em espaços de privação de liberdade que vem se desenvolvendo no Rio Grande do Norte. Nossa tentativa recai sobre espaços prisionais para cumprimento de pena em regime fechado, semiaberto e aberto e que oferecem a educação, observando o mecanismo de ressocialização e sua influência para egressos do sistema penitenciário. Ressaltando a diferença conceitual entre educação no cárcere, educação do cárcere, e espaço prisional, traçaremos considerações sobre as relações históricas entre sociedade, prisão, sistema carcerário brasileiro e educação. Entendendo a escola como um meio de comunicação e interação, pretendemos verificar como a educação no cárcere reflete no processo de escolarização, formação e qualificação de pessoas temporariamente encarceradas, e como isso se conjectura no momento em que esse indivíduo volta ao convívio social. Assim, ambicionamos refletir com as especificidades do sistema prisional, trazendo à luz os efeitos da educação nesse contexto, observando se de fato a educação oferecida aos aprisionados é, ou não, importante para o processo de reintegração social. Desse modo, investigaremos se a educação proporcionada aos detentos pelo sistema de Educação de Jovens e Adultos de fato se constitui como alternativa de ressocialização e reinserção no mercado de trabalho e quais as implicações desse processo educativo. Diante dessas premissas escolhemos como locus de pesquisa a APAC de Macau/RN para a realização deste estudo.

Palavras-chave: APAC MACAU/RN. Reinserção Social. Educação. Sistema Prisional

TITLE MUST BE CENTERED IN CAPITAL LETTERS, BOLD, SIZE 12: SUBTITLE WITH SAME RULES EXCEPT BOLD

ABSTRACT: The abstract must be meaningful, composed of a sequence of concise, affirmative sentences, not an enumeration of topics. Must not contain quotes. Must use the verb in the active voice and in the third person singular. The abstract text must be typed, in a single block, without paragraph space. The line spacing is simple and the font size is 11. Below the abstract, inform the keywords (significant words or expressions taken from the text) It must contain 150 to 300 words). The texts must be presented in Portuguese (BR) or in a foreign language (English, French or Spanish). In the case of text in Portuguese, the title and abstract must be in the same language as the text, and the title, abstract, keywords in English must also be presented next. Texts in a foreign language (English, Spanish and French) must present the title, abstract and keywords in Portuguese. Abstract translated into other languages, in this case, English. It follows the format of the summary done in the vernacular language. The translated keywords, foreign language version, are placed below the text preceded by the expression “Keywords”, separated by a period.

Keywords: Keyword A. Keyword B. Keyword C.

Recebido em 07 de setembro de 2022

Aprovado em 19 de dezembro de 2023

23 Doutora em História (UFG), Policial Penal do Estado de Rio Grande do Norte, Especialista em Educação de Jovens e Adultos com ênfase no Sistema Prisional. (IFESP). Chefe do Departamento de Promoção à Cidadania da SEAP/RN.; <http://lattes.cnpq.br/8553980821234163>. E-mail: aneia@outlook.com.

1 INTRODUÇÃO

Para discutir o tema proposto neste projeto – *Educação em espaços prisionais* –, se fez um necessário recorte temático. Optamos pela investigação de alguns aspectos que envolvem a discussão acerca da importância da educação como mecanismo de ressocialização para os egressos do sistema penitenciário. Ultimamente esse tema tem suscitado muitos diálogos junto à população acadêmica e social. Entende-se, contudo, que essa é uma questão que deve ser estudada de forma racional e cautelosa. Nesse sentido, busca-se, no transcurso desta escrita, uma fundamentação teórica para alicerçar argumentos acerca do tema.

Acredita-se que o tema educação prisional têm abordagens próprias, não podendo, entretanto, ser pensada de modo universal. O significado de educação em ambientes de privação de liberdade está permeado por complexas concepções e que hoje se conectam aos mais variados contextos, nomeadamente de ordem cultural, social, político e econômico definidos fundamentalmente segundo percepções de cada sociedade. Partido dessas premissas, tem-se como meta fazer um estudo sobre o tema, levando em consideração a questão da ressocialização levada a cabo a partir da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente pensada no espaço prisional, envolvendo apenas do regime fechado e aqueles que cumprem pena em regime semiaberto e que passaram pelo programa de ensino na unidade prisional, o que traz à tona a discussão acerca das políticas públicas que contemplem a “*educação escolar entre as grades*”²⁴.

Escolheu-se, assim, a educação prisional como tema básico dessa investigação, considerando e observando a necessidade de uma pesquisa documental, bibliográfica e de campo,

esta última com entrevistas fechadas e semiestruturadas onde buscaremos obter a opinião de pessoas relacionadas. Do mesmo modo, como forma de precisar o objeto de investigação, este estudo observa o conceito espaço-presídio, do espaço-educação entre as grades, bem como, as implicações que a educação ocupa na mente do sujeito aprisionado.

Para o alcance dos objetivos, levantamos as seguintes indagações: “como as práticas educacionais em espaços prisionais, influenciam o processo de reabilitação e ressocialização de detentos, promovendo a reinserção na sociedade?”; qual a ideia que os recuperandos têm de Educação e Educação na APAC?

Baseado nessas expectativas e como forma de materializar o estudo, estabeleceu-se como objetivo geral analisar a importância do acesso à educação ao reeducando durante o cumprimento da pena como mecanismo de ressocialização quando egressos do sistema penitenciário. Os objetivos específicos foram pontuados como forma de melhor aclarar as questões de pesquisa. Nesse sentido, optou-se por: avaliar os processos de educação dentro do sistema prisional, com os privados de liberdade que se encontram em regime fechado; contextualizar a educação inclusiva no sistema prisional, bem como verificar como as práticas educacionais em espaços prisionais contribuem para reinserção social.

O texto está dividido em cinco partes. Na primeira parte, considerou-se pertinente uma breve introdução ao tema do estudo, fornecendo o contexto escolhido para a pesquisa, seguida de algumas ideias e conceitos sobre a essência do trabalho, utilizando-se da teoria de autores como Onfre, Dias e Wacquant em seu contexto histórico e educacional. Na segunda parte, à luz de autores como Ottoboni e Goffaman explanamos algumas ideias sobre sistema prisional e método APAC, especificamente observando-o como uma abordagem alternativa ao sistema prisional tradicional, que busca a recuperação e a ressocialização de privados de liberdade de uma

24 Termo tomado de empréstimo da pesquisadora Elenice Maria Cammarosano Onofre. Cf. ONOFRE, *Elenice Maria Cammarosano* (Org.). *Educação escolar entre as grades*. São. Carlos: Edufscar, 2007.

maneira diferente da prisão convencional. Na terceira parte, deste artigo discorreremos sobre os aspectos teóricos metodológicos utilizados como instrumentos de pesquisa. Na seção de análises dos resultados, buscando responder às nossas indagações iniciais, apresentaremos um panorama acerca de como o estudo se desenvolveu e suas principais conclusões. Em seguida, trouxemos algumas considerações finais a fim de esclarecer ao leitor sobre o que o estudo nos revelou, sendo possível inferir que a participação em atividades educacionais está correlacionada com níveis mais baixos de reincidência criminal após a liberação. No entanto, as limitações logísticas, como falta de recursos e infraestrutura inadequada, representam desafios significativos para a eficácia desses programas.

2 A IDEIA DE UMA RESSOCIALIZAÇÃO A PARTIR DA EDUCAÇÃO

Compreende-se por reeducação aquela educação que se tem mediante o aprendizado, sobretudo àqueles que não a tiveram na época devida. Do mesmo modo, o termo ressocialização implica em dizer de uma educação a partir de regras disciplinares, que busca a preparação do indivíduo para sua reinserção social. Partindo dessas premissas, nosso trabalho busca refletir com um assunto bastante delicado e que vem sendo discutido em âmbito social: a exclusão social. Aqui gostaríamos de conjecturar sobre a questão do indivíduo egresso do sistema prisional e suas dificuldades em torno de sua (re)inserção social. Mesmo com as ações governamentais preconizadas no campo da segurança e justiça e da cidadania que tem treinado profissionais, e as pesquisas acadêmicas em torno do tema, ainda muito se tem que discutir para que possamos melhor refletir e contribuir com a democratização do sistema criminal brasileiro.

Muitos autores procuram analisar esse fenômeno social fundamentados na teoria que tal postura é fruto dos reflexos deixados pela história

da educação no Brasil “tem a marca histórica de exclusão, consubstanciada pela enorme desigualdade social que grassa no país, desde a época de sua colonização até os dias atuais”.²⁵ As pesquisas têm mostrado que quando o indivíduo egresso do sistema prisional que não encontra apoio social, fica mais difícil sua volta ao mercado de trabalho. Em se tratando desse assunto Loïc Wacquant, no texto “o lugar da prisão na nova administração da pobreza” que investiga o sistema prisional estadunidense, observa que “para alguns dos recém-saídos de uma instituição carcerária, a intrincada malha da supervisão pós-correcional aumenta a pressão para a opção pela vida “do caminho certo” ancorada no trabalho, quando disponível”²⁶.

Observa-se que no contexto da exclusão, tem-se a violência como um elemento de preocupação, um tema complexo e interconectado. Muitos jovens que vivenciam situações de exclusão social, econômica e educacional têm maior probabilidade de envolvimento em comportamentos violentos, como o crime. O sistema correcional, em sua tentativa de lidar com esses comportamentos, muitas vezes se concentra na punição em vez de abordar as raízes subjacentes da exclusão.

Nesse contexto, a análise se concentra em uma perspectiva superficial do fenômeno, sem considerar sua origem, os fatores e indicadores que o influenciam, seu percurso e os impactos sociais resultantes, o que ressalta um dos principais desafios enfrentados atualmente no sistema prisional brasileiro, relacionado à problemática da exclusão e da violência.

Nesse sentido,

²⁵ DIAS, Adelaide Alves. Da Educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. In: DIAS, Adelaide Alves (org.). Educação em direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos, p. 443.

²⁶ WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. Novos estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 80, Mar. 2008, p. 12.

Temos problemas hoje - problemas vividos. Daremos dois exemplos de problemas quase universais: a exclusão e a violência. E dois problemas fortemente associados. O jovem agressor, o jovem contraventor, tem que ser, de alguma forma, contido, porque ele pode lhe matar, quando ele lhe agride. Mas, é preciso que isso seja um gesto de educação. Ele precisa compreender que não queremos eliminá-lo, que queremos conquista-lo e conquista-lo através do diálogo. Acreditar que isso é possível já é um ponto de partida. Tem muita gente que já não acredita que isso é possível²⁷.

As reflexões do autor nos mostram uma realidade que vem sendo vivenciada em nosso país. Ex-presidiários que buscam um lugar na sociedade, contudo esta sociedade não permite a este indivíduo uma nova oportunidade para que ele possa resgatar sua autoestima e dignidade humana. Quando nos deparamos com essa realidade, nos questionamos: quando a sociedade exclui esses indivíduos, está ou não colaborando para que os mesmos voltem para o mundo do crime?

Em torno dessas reflexões observamos ainda as questões que dizem respeito ao acompanhamento que deveria ser dado ao ex-presidiário ou aquele cujo regime progrediu ao semiaberto, por uma equipe especializada, para que estes tenham a oportunidade de se ressocializar. Evidentemente que outras demandas também precisam ser analisadas, como é o caso da presença da família e da escola como instituições sociais de apoio.

Para se ter uma ideia das preocupações que envolvem da importância da educação para o processo de ressocialização, realizamos entrevistas com recuperandos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), Macau/RN, onde pudemos perceber essencialmente a importância do método *apaqueano*, no que diz respeito ao resgate da dignidade humana e a valorização da vida, condições que consideramos essências ao processo de reinserção social de egressos do sistema prisional. Foram entrevistados

10 recuperandos, sendo 06 do regime fechado e 04 recuperandos que cumprem pena em regime semiaberto. Essa escolha deu-se com a intenção de colhermos opiniões de recuperandos em dois grupos de análise. Nesse sentido, compreendemos que para comprovarmos a problemática inicial levantada, ou seja, observar se a educação ofertada aos presos é efetiva no processo de ressocialização, notadamente precisaríamos trabalhar com esses dois grupos de apreciação, a saber: os recuperandos que estão na prisão e que participam de atividades de ensino e aqueles que já saíram da prisão e que durante o período de cumprimento da pena participaram de ações educativas.

As entrevistas ocorreram durante uma visita à APAC, em junho de 2014, quando nos apresentamos como pesquisadores e solicitamos a colaboração dos recuperandos²⁸. O roteiro era organizado com questões objetivas, sendo, no entanto, permitido ao informante expressar sua opinião caso sentisse desejo, e, do mesmo modo, que este poderia silenciar diante da questão. Além disso, embora se buscasse respostas objetivas, percebemos que se elas enriqueciam e se aprofundavam, à medida que os entrevistados se sentiam a vontade para falar das experiências vivenciadas dentro da APAC.

No momento das entrevistas, foram realizadas anotações em diários de campo, nas quais houve preocupação de enfatizar observações do cotidiano da APAC, o que nos forneceu material de consulta para análise dos dados. Sem dúvidas, esse foi um momento especial da elaboração deste estudo, na medida em que se perceberam relações importantes entre a vida humana e a vida social, e destas com o cotidiano da prisão.

Por meio de nossas conversas pudemos perceber que os recuperandos do regime convencional, que saem em liberdade condicional ou mesmo aqueles que já cumpriram a pena,

²⁷ Coleção Paulo Freire. *Op. Cit.* pags. 66-67.

²⁸ Adotarei este termo para as pessoas que estão privadas de liberdade, neste estudo-retalo.

infelizmente voltam ao mundo do crime. Essa reincidência dar-se pelo fato de que esses indivíduos não conseguem apoio social necessário à sua inserção social, conforme nos mostra Loïc Wacquant. Em se tratando do convívio dentro das unidades prisionais, esses indivíduos informam sobre as más condições das mesmas, além do abuso de poder por parte de alguns funcionários que compõem o sistema. As comparações foram evidenciando as diferenças entre as unidades prisionais convencionais e a APAC.

Desse modo, e corroborando com as ideias de Sykes (1999) observamos que é necessário perceber que, ao serem colocados na prisão, os condenados não precisam ser agredidos física ou mentalmente, pois eles ali estão como punição ao delito cometido, ou seja, para cumprimento de sua pena e não para serem punidos. Nossa pesquisa evidencia a importância do método de ressocialização *apaqueano*, que se alia ao método APAC e um de seus elementos que é a educação como forma de promoção da vida e da dignidade humana, sendo caracterizado pelo respeito.

2.1 APAC RN: MÉTODO DE ADMINISTRAÇÃO

Filiada à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC)²⁹, a APAC da cidade de Macau, objeto deste relato, observa um método de valorização da dignidade humana, baseada em 12 elementos essenciais: a participação da Comunidade, o voluntariado, a ajuda mútua entre os recuperandos, o trabalho, a valorização humana, a religião e a importância de se fazer a

29 A Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – FBAC é Associação Civil de Direito Privado sem fins lucrativos que tem como principal objetivo a união e apoio das organizações afiliadas, além de prestar assistência às APACs internacionais. Adicionalmente, a FBAC desempenha um papel crucial ao orientar, supervisionar e garantir a aplicação eficaz da metodologia, oferecendo cursos e treinamentos destinados a funcionários, voluntários, indivíduos em processo de recuperação e autoridades, a fim de fortalecer as APACs já estabelecidas e promover a criação de novas APAC. Cf. <https://fbac.org.br/quem-somos/>

experiência de Deus, a Jornada de Libertação com Cristo, a família, a assistência jurídica, e o mérito do recuperando.

Conforme aponta Mário Ottoboni, idealizador do método, a APAC tem como filosofia “matar o criminoso e a salvar o homem”³⁰. Nesse sentido, a execução penal precisa dar condições a que seja excluída da personalidade do recuperando os fatores que alimentam o crime, oportunizando a sanção penal a meta de sepultar o crime e reparar o criminoso. Essas ideias são difundidas partindo do pressuposto que a valorização humana é fundamental. Assim, o cumprimento de todos esses elementos juntos formariam uma espécie de teia de relações que ajudariam na ressocialização do recuperando.

Em se tratando da participação da comunidade na efetivação das penas a Lei de Execução Penal, observa em seu artigo 4º, que “o Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança”³¹. Diante dessa prerrogativa o método *apaqueano* observa como fundamental a presença da comunidade para que se tenham bons resultados, pois a não participação da sociedade civil e o abandono por parte desta aos presos, segundo Ottoboni, seria o responsável pelo aumento da criminalidade. Desse modo, a comunidade é a grande responsável pelo trabalho na APAC, sendo executado por voluntários, observando sua aptidão e disponibilidade pessoal, sendo necessária prévia qualificação, além dos cursos de aperfeiçoamento e reciclagem.

Tendo como intenção de trabalho o resgate da dignidade humana, os *recuperandos* da APAC são estimulados a viver coletivamente, num espaço de ajuda mútua, desenvolvendo as relações afetivas, oportunizada por meio de técnicas de atividade em grupo, bem como Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS). Essa ideia

30 OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?: método APAC**. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 17.

31 BRASIL. Lei de Execução Penal. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**.

reforça o sentimento de coletividade, desenvolvendo no *recuperando* um ambiente de colaboração recíproca.

Conforme preconiza a Lei de Execuções Penais, em seu artigo 28, “o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva”³². O método *apaqueano*, no entanto, preconiza que somente o trabalho não é suficiente para recuperar o homem. Em razão disso, na APAC o *recuperando*, de acordo com seu regime de cumprimento de pena, estará no processo de preparação para seu retorno a sociedade, a saber, tendo sido observado as disposições seguintes: recuperando-se durante o cumprimento da pena em regime fechado, profissionalizando-se no período em que está no regime semiaberto e sendo inserido socialmente ao ser posto em liberdade.

Conforme já observamos, a valorização da pessoa humana da dignidade humana é elemento fundamental do método APAC. Para o método *apaqueano*, isso significa colocar o homem em evidência e recuperar sua autoimagem, o que passa necessariamente por conhecer quem é esse ser humano, seu nome e sua história. Dentro dessa perspectiva, a religião se apresenta como um fator essencial para reestabelecer à confiança do recuperando. Igualmente, a experiência com Deus não é suficiente para que o *recuperando* se desprenda dos elementos do crime e esteja preparado ao seu retorno à sociedade. É preciso, então, estabelecer um trabalho de espiritualidade que prime pela ética, e que seja empregado dentro de um contexto de propostas. Pensando dessa forma o método APAC preconiza a *Jornada de Libertação com Cristo*, um encontro religioso ecumênico, a partir do qual se promove um momento de reflexão e interiorização que se faz com os *recuperandos* e que se constitui o ponto alto da metodologia³³.

De acordo com o método APAC, a participação da família do *recuperando* é fundamental. A leitura feita pela APAC dessa presença familiar, no entanto, não se restringe ao direito do recuperando de receber visita de seus familiares. Mais que isso, a família é convidada a participar do processo da execução penal, compartilhando inclusive dos cursos, pois “quando a família se envolve e participa da metodologia, é a primeira a colaborar para que não haja rebeliões, fugas etc., ajudando a proteger a própria entidade e, como consequência, a população prisional”³⁴.

Diante dessa questão, observamos como fundamental a presença e participação familiar. Nosso estudo se fortalece quando observamos as falas dos entrevistados em torno da questão, pois de acordo com os *recuperandos* “ser abandonado pela família, ou mesmo não ter família ou passar vários anos sem receber uma visita, é difícil pensar em melhorar”³⁵. A fala do *recuperando* revela uma realidade presente no sistema prisional comum, que de certo modo não oportuniza a família a participação no processo de execução penal.

Aliado a essa ausência familiar, outra realidade torna a execução penal ainda mais difícil. Infelizmente grande parte população prisional não tem condições de contratar um advogado, por essa razão, o método APAC recomenda a criação de um órgão específico que possa assegurar questões relativas ao cumprimento da pena, especialmente no que diz respeito dos requisitos legais para obtenção de benefícios como, por exemplo, a progressão de regime. Nessa mesma linha de reflexão, o método APAC ainda preconiza a prestação de assistência médica, odontológica e outras de um modo humano e eficiente, preconizada por uma medicina preventiva.

Outro elemento importante a ser considerado no processo de execução penal e que é preconizado pelo método APAC, é o mérito do

32 BRASIL. Lei de Execução Penal. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.**

33 OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?** Op. Cit.: 85/86/98.

34 OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?** Op. Cit.: 88.

35 Fala de um recuperando – junho de 2014.

recuperando. A própria Lei de Execução Penal determina que ao preso que tenha méritos sejam dados os benefícios carcerários, entretanto, a garantia desse direito acaba por ser dada somente aqueles que não transgridem as normas internas, na maioria das vezes impostas de forma coercitiva³⁶. Do que se apresentou até agora, enquanto método de administração voltado para valorização das pessoas privadas de liberdade, pode-se deduzir que somente com a interligação desses 12 elementos, é que se consegue alcançar o sucesso na execução penal, o que pode se traduzir em redução e/ou prevenção não só da criminalidade, como também da reincidência.

Ao refletirmos sobre a atual realidade prisional percebemos que se torna urgente uma mudança de postura, sob pena de eternizar-se no fracasso a que se destina. Prevalece nas unidades prisionais uma ociosidade que não oferece ao condenado condições de retorno à sociedade. Desse modo, compreende-se que a educação precisam ser urgentemente inseridos no interior dos espaços prisionais, para que se oportunize ao preso o cumprimento de sua pena exercendo uma atividade laboral, evitando com isso, que este tempo seja utilizado para planejar rebeliões e fugas dos presídios. Daí a importância de promover atividades educativas e laboral, a fim de mostrar ao preso que ele tem a oportunidade de ressocialização, inclusive com garantia de inserção no mercado de trabalho.

No que diz respeito à escola na APAC, os *recuperandos* informam sobre a necessidade em aprender a ler e escrever, para os não alfabetizados, que são os mais frequentes, além da importância em conhecer e aperfeiçoar as atividades de leitura e ensino para aqueles que já são letrados. De acordo com os entrevistados, saber ler e escrever na prisão é essencial, especialmente porque isso se torna um veículo de comunicação com a família e os amigos. E em

relação à APAC, os *recuperandos* informam que aprender a ler para eles significou a oportunidade de conhecer o próprio método, além de poder acompanhar seus processos criminais. É o que nos revela um dos *recuperandos* em suas palavras quando ele nos informa que “o ensino na APAC é importante inclusive para que o recuperando possa conhecer, ler o próprio método. As atividades educativas também ajudam a melhorar a caligrafia e conhecer palavras novas³⁷”. Assim, percebemos a importância das atividades educativas no cárcere, que não só se torna uma ocupação, mas permite a oportunidade de se relacionarem com a vida social.

3 METODOLOGIA

No contexto deste artigo, a metodologia de pesquisa adotada envolveu o uso de entrevistas fechadas e semiestruturadas. Esse método foi escolhido devido à sua capacidade de coletar dados padronizados, quantificáveis e qualificáveis. Durante as entrevistas, os participantes responderam a um conjunto pré-determinado de perguntas, o que proporcionou uma abordagem sistemática e objetiva para a coleta de informações. Essa abordagem facilitou a comparação e análise dos dados de maneira eficiente, contribuindo para uma compreensão clara e direta das respostas dos entrevistados em relação aos tópicos de pesquisa definidos.

Com as entrevistas semiestruturadas foi possível uma análise mais flexível das questões em estudo, ao mesmo tempo em que possibilitou uma interação mais rica com os participantes, permitindo-lhes expressar suas perspectivas e experiências de maneira mais completa. As entrevistas semiestruturadas forneceram uma estrutura básica para as conversas, mas também permitiram a adaptação às respostas dos entrevistados, possibilitando a exploração de tópicos emergentes e a obtenção de *insights* valiosos para o estudo.

O estudo adotou uma abordagem interdisciplinar que integra técnicas demográficas e

36 OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?**. Op. Cit.: 97.

37 Fala de um recuperando – junho de 2014.

sociológicas. Para isso, foram coletadas informações quantitativas através de entrevistas com privados de liberdade custodiados pela APAC, com o objetivo de aprofundar a compreensão de suas vivências. De acordo com as áreas de atividade humana, ou setores do conhecimento, o presente estudo se caracterizou como indisciplinar, uma vez que está fundamentalmente enraizado nas esferas das Ciências Humanas. Assim, adotou paradigmas analíticos derivados da fenomenologia e hermenêutica, enquanto utilizou-se de uma variedade de métodos investigativos para examinar um fenômeno específico.

Visando a ampliação da experiência do pesquisador; o estudo se reveste de uma abordagem descritiva. Com o objetivo de apresentar os fatos e fenômenos pesquisados de forma precisa, o estudo tem natureza exploratória e, por seu caráter de aprofundamento e compreensão da realidade, revelando as razões tanto objetivas quanto subjetivas relacionadas ao objeto de estudo ou à problemática, é considerado explicativo, por identificar os fatores que influenciam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos em análise.

A partir da definição da problemática e delimitação do estudo fez-se opção pela Dialética e Fenomenologia. Em Fundamentos de metodologia científica Aidil Jesus da Silveira Barros e Neide Aparecida de Souza Lehfeld discutem a perspectiva da Dialética, mostrando existe uma necessidade imperiosa de conhecermos realmente o objeto da pesquisa, investigando todos os seus aspectos, todas as suas ligações, mediações e contradições. É preciso se “considerar o objeto no seu desenvolvimento próprio, na sua transformação. Não há verdades abstratas, pois elas são sempre realidades concretas”³⁸.

38 BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3a. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, p. 34.

No tocante à Fenomenologia, a pesquisa de Antônio Chizzotti, observa que essa doutrina faz o pesquisador ir além das aparências imediatas, pois acredita que para captar e desvelar o sentido oculto das impressões imediatas, faz-se necessário transcender as aparências para alcançar a essência dos fenômenos. Para os fenomenólogos a “pesquisa não pode ser o produto de um observador postado fora das significações que os indivíduos atribuem aos seus atos; deve, pelo contrário, ser o desvelamento do sentido social que os indivíduos constroem em suas interações cotidianas”³⁹.

Compreende-se, no entanto, que essa ciência é definida por sua proposta de compreensão representada pela intersubjetividade, descrevendo, compreender e interpretando os fenômenos que se apresentam à percepção, a partir de um método de percepção imediata dos fenômenos que constituem a vida social. À luz desse prisma, adotou-se a dialética e a fenomenologia como quadro de referência demonstrando a cientificidade dos dados colhidos e dos conhecimentos produzidos, como elementos essenciais ao desenvolvimento deste.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O sistema prisional, ao longo dos anos, tem sido objeto de inúmeras discussões e debates, com uma variedade de perspectivas que abordam desde a efetiva integração social do infrator até questões de justiça social. Em meio a esse cenário complexo, a educação prisional emerge como um tópico de crescente importância. A capacitação e a educação para pessoa privada de liberdade são vistas como ferramentas fundamentais para a redução da reincidência, a integração na sociedade e a promoção de um ambiente prisional mais seguro e humanitário. Neste contexto, esta

39 CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em Ciências humanas e Sociais. **Revista Portuguesa de Educação**. Ano/vol. 16, número 002. Universidade do Minho Braga, Portugal, 1991, p. 80.

pesquisa se concentrou em um estudo abrangente sobre a educação prisional ofertado aos reeducando da APAC/RN, baseando-se em dados coletados a partir de entrevistas com os reeducandos. Os resultados aqui apresentados não apenas refletem o estado da educação prisional, mas também fornecem *insights* que podem servir para aprimorar o sistema e promover a efetiva ressocialização efetiva.

Neste texto, destacamos os desafios enfrentados para o acesso à educação prisional, os benefícios potenciais associados a ela e as implicações que esses resultados têm para o sistema prisional como um todo. Ao fazê-lo, buscou-se contribuir para uma compreensão mais abrangente da educação prisional e promover discussões construtivas sobre como melhorar a qualidade de vida dos detentos e a segurança pública como um todo.

Uma das questões que percebemos em nossa investigação é que, ao se falar de educação na prisão, os entrevistados conjecturam com uma questão que está além do letramento. A escola na prisão, para eles significa mais que aprender a ler e escrever. A educação se inscreve no âmbito do social e moral. Para eles a escola transcende os muros e sua leitura pressupõe outros entendimentos, sendo necessário que se compreenda como se constitui a sociedade. Educação para nossos entrevistados tem um sentido amplo, carregado por hábitos e valores sociais, que são construídas pelas experiências ao longo da vida. Isso se reflete quando um de nossos entrevistados observa que “a APAC é um lugar diferente, não há maus tratos e os presos têm apoio. Em um mês já é percebido mudança de comportamento. Antes pensava em fazer só coisas ruins e na APAC pensa em mudar de vida⁴⁰”.

A análise das respostas nos permite avaliar a atitude social em torno do tema/problema. Observe que o conceito pensado para a educação pelo entrevistado é aquele que engloba o nível

moral, o do respeito, da civilidade e da capacidade de socialização, o que, segundo suas palavras, podemos denotar ser negado ao condenado encarcerado no regime prisional comum. Nesse sentido, observamos que a escola ganha outra identidade, aquela do resgate da dignidade humana, uma tarefa que pode ser executada mesmo em espaços educativos de privação de liberdade. Ademais, e voltando ao pensamento de Gresham Sykes não podemos perceber o espaço da prisão como lugar de punição, pois este por si só já assim se representa, um ambiente onde os muros já simulam segregação e castigo.

Outra dificuldade em torno da ressocialização posta pelos entrevistados é aceitação social. Esses indivíduos carregam o estigma de marginais, que lhes acompanha por toda a vida, mesmo que já tenham cumprido a pena. Esse problema também é enfrentado pelos ressocializando egressos da APAC. Assim, ao serem questionados sobre o porquê da reincidência face às condições em que eles se encontram enquanto cumprem pena, os entrevistados pontuam as dificuldades para se conseguir um trabalho, principalmente pela falta de apoio de equipe especializada. Além disso, a sociedade não contribui com esse processo, uma vez que ainda não dá oportunidades a esse público trabalhador.

Nesta perspectiva temos as reflexões de um dos entrevistados, que observa como a sociedade reage no momento de contratar um indivíduo egresso do sistema prisional. Em sua opinião aponta que “a sociedade não ajuda, pois é difícil um empresário admitir quem está pagando pena, pois fui a três empregos, que estava pegando gente e quando souberam que era um apenas disseram que a vaga foi preenchida⁴¹”. É importante frisar que a fala desse entrevistado mostra a urgente necessidade de mudança em um comportamento social. Isso só pode ser feito através de uma educação social, tal qual aquela

40 Fala de um recuperando – junho de 2014.

41 Fala de um recuperando – entrevista - junho de 2014.

observada nas falas já analisadas, calcada numa compreensão da estrutura sócio-cultural e moral dessas pessoas, que pelas circunstâncias em que se encontra se configura com características especiais. Nesse caso, a Educação de Jovens Adultos, pode contribuir nessa compreensão, uma vez que está sendo entendida como modalidade de educação ressocializadora, pois como aponta Paulo Freire, “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”⁴².

De acordo com as leituras feitas para a construção dessa investigação, percebemos que a sociedade exclui porque sente medo. Contudo, isso é resultado de um longo processo de exclusão social, resultante de um sistema penal sem o apoio do governo. O olhar de nossos entrevistados sobre o sistema de encarceramento atual é revelador de que muitos deles voltam ao mundo do crime devido a essa falta de apoio, apesar de que ainda existem aqueles, *os fortes* que apesar do sofrimento, lutam e conseguem vencer. É o caso de exemplos mencionados por eles, de *recuperandos apaqueanos* que com o apoio da família e amigos estão conseguindo ingressar no mercado de trabalho.

A análise das respostas nos permite avaliar a importância da família. Como pilar social, a família representa a mais importante célula de todos os grupos sociais, pois é nela onde encontramos a base inicial de toda a socialização. Nossa pesquisa evidenciou que a participação da família na recuperação do criminoso é de suma importância. É o que declara um de nossos entrevistados quando nos informa que “ser abandonado pela família, ou mesmo não ter família, passar vários anos sem receber uma visita, é difícil pensar em melhorar”⁴³.

A importância dessa participação familiar é observada pelo entrevistado, especialmente quando ele compara o período anterior de

encarceramento no sistema prisional comum em relação ao seu momento atual na APAC. É importante ressaltar que esse recuperando pontua que sua família não o visitava na unidade prisional anterior devido não visualizar mudança em seu comportamento, porém, ao chegar à APAC começou a mudar e passou a receber apoio da família e amigos.

Uma das questões que podemos avaliar diante dessa realidade é que a estrutura familiar é prejudicada pela a criminalidade. As relações com a delinquência impactam a família e certamente desarticula essa rede de relações. Assim, como somos seres que nascemos numa família, mesmo não estando na família, ou não nos identificando com ela, temos efetivamente, ou construímos nossas relações sociais a partir do contato que temos com a família. Logo, o que estrutura o indivíduo é a família, posto que ela seja a primeira grande rede social que dá sentido à vida da humana. Nesse sentido, observamos que a falta de contato com a família dificulta a possibilidade de ressocialização, pois quanto mais distante da família, maiores são as possibilidades de desvio.

É preciso, pois, que o estado, a sociedade e a comunidade se unam a família para que juntos possam construir oportunidade em prol da ressocialização, pois pensar a questão da inserção social é uma complexa tarefa, já que precisamos levar em consideração que se o indivíduo precisa se ressocializar, evidentemente é porque ele já perdeu as condições de viver em sociedade, tendo, portanto, perdido os vínculos familiares, de trabalho, e suas redes sociais. Nesse sentido, é fundamental ainda pensar sobre a questão da exclusão social pela qual é perpassado o processo de reinserção social. De acordo com nossos entrevistados, a proposta da APAC é bem vinda em suas vidas, pois passa pelo resgate da cidadania, além do resgate dos vínculos possíveis, como por exemplo, os familiares, de trabalho e espirituais, ou seja, os vínculos sociais importantes.

Uma das questões visualizadas em nossa pesquisa diz respeito ao trabalho. Nossa pesquisa

42 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000, 67.

43 Fala de um recuperando – junho de 2014.

foi realizada com *recuperandos* de regime fechado e do regime semiaberto. Os *recuperandos* do regime fechado desenvolvem atividades laborais – trabalhos artesanais e confecção de vassouras, na APAC, já aqueles que se encontra em regime semiaberto desenvolvem atividades durante o dia, retornando à noite para a unidade prisional. As atividades laborais também são vistas como uma forma de educação em ambientes prisionais. Todavia, nossos entrevistados revelam a falta de adesão social e do próprio sistema prisional, que não oferece trabalho aos internos. Infelizmente nossa sociedade ainda não está preparada para receber o egresso do sistema prisional. Nossos informantes apresentam ênfase ao mencionar a importância do trabalho nas unidades prisionais e notadamente percebemos o desejo de que se tenha um acompanhamento para sua reinserção social.

Os *recuperandos* pontuam a falta de apoio para aqueles que cumprem pena no regime semiaberto e/ou para aqueles que já cumpriram penas e precisam se reinserir socialmente. Esse sentimento é revelado quando um de nossos entrevistados nos informa que “em todos os lugares que compareci só preenchi uma ficha e mais nada, tive que me virar por conta própria”⁴⁴. Observa-se que a fala dos *recuperandos* revelam um desejo de reinserção social e no mercado de trabalho. Contudo, eles mesmos percebem que essa realidade ainda está no âmbito do discurso, contudo, não está livre da marca discriminatória que esses indivíduos carregam. Nas concepções de Erving Goffman⁴⁵, o estigma revela que a sociedade tem dificuldade de lidar com o diferente.

Esta dificuldade é “perpetuada”, ao longo das gerações, pela educação familiar, pela escola, pelos meios de comunicação de massa, por cada um de nós em nosso cotidiano, o que leva a construção de uma carreira moral para o indivíduo estigmatizado, isto é, sua identidade vai incorporar

este atributo ao qual corresponde um valor social negativo. Esses são atributos a facilmente reconhecíveis como carregados de um valor negativo para a maioria das pessoas e determinam, para o indivíduo, um destino de exclusão ou a perspectiva de reivindicação social pelo direito de ser bem tratado e ter oportunidades iguais.

Nesse sentido, observamos como necessária a ação do governo em torno de políticas que ofereçam cursos profissionalizantes de acordo com a competência de cada interno, uma vez que o potencial desses indivíduos pode ser aproveitado para a construção de sua própria realidade social. A cada ano que passa as unidades prisionais do sistema de encarceramento comum se tornam pequenas, pois os números de presos crescem. Paralelo ao aumento do contingente de presos cresce também o descaso com o sistema prisional parte dos governantes. Há também falta de interesse de implantar uma política pública, para que haja uma ressocialização dos privados de liberdade e de ajudá-los a (re)construir sua dignidade e cidadania.

Acreditamos que essas medidas dariam ao recuperando a certeza de que ele está incluso dentro de um processo que preze pelo resgate da dignidade humana. Percebemos, no entanto, que esse é longo processo, tão caro a sociedade quanto tem sido as discussões em torno do processo de ensino aprendizagem, que segundo Paulo Freire “é um processo no qual as pessoas vão se completando ao longo de sua vida, na verdade, o inacabamento do ser humano ou a sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento”⁴⁶. Acreditamos também que essa política deve abranger ainda os funcionários, para os quais deveria existir formação específica e qualificação em relação à postura a ser assumida diante do sistema, uma vez que aos presos apenas é restrito o direito da liberdade, não lhes sendo roubados os demais direitos fundamentais.

44 Fala de um recuperando – junho de 2014.

45 GOFFAMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª. edição, Rio de Janeiro: LTC, 1988.

46 Coleção Paulo Freire: Biografia, educação, legado, inspiração. Cedec, 1979, pag. 26.

A punição e a ressocialização, são duas finalidades visivelmente opostas, mas que, de acordo com a legislação deveria ser objetivadas em consonância uma a outra pelo Estado, quando se fixa e se põe uma sanção penal. Quando fala sobre a *Execução Penal*, em obra publicada em 2004 pela editora Atlas, Julio Fabbrini Mirabete, observa que a “a pena, por sua natureza, é retributiva, tem seu aspecto moral, mas sua finalidade não é simplesmente prevenção, mas um misto de educação e correção”⁴⁷.

As reflexões de Mirabete estão claras; a pena deveria funcionar como um misto de educação e correção, especialmente levando em consideração que, como preconiza a LEP, que o indivíduo aprisionado deveria ser restrito de sua liberdade e não de seus demais direitos e garantias fundamentais, como, “naturalmente” ocorre no sistema prisional comum. Acontece que ao receber a sanção penal, ou mesmo quando é preso, o indivíduo é visto como objeto e não sujeito no curso da execução penal. Com isso sua personalidade humana é negligenciada, desconsiderando a ideia de ressocialização e limitando-se apenas a manter esse preso longe do convívio social.

Necessário, porém, seria que a pena fosse observada segundo as concepções pensadas por Michel Foucault, quando esse autor menciona que a prisão inicialmente teria sido concebida como “um instrumento de transformação dos indivíduos [...] desde o começo, a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto à escola, a caserna ou o hospital e agir com precisão sobre os indivíduos”⁴⁸. Nessa linha de raciocínio, as oportunidades dadas ao preso derivariam ser vistas não como recompensa ao cumprimento das regras estabelecidas pela unidade de encarceramento, mas como uma verificação de que o mesmo estaria de

fato, sendo transformado e submergindo sua personalidade criminógena.

Michel Foucault parece nos dizer que o ideal ao sistema prisional seria que este interligasse os princípios da educação com aqueles preconizados pela justiça. Um sistema que colocasse a valorização da humanescência como base de seus princípios, como é caso da APAC, e não só para com os presos, mas também à família, à vítima e aos responsáveis pela execução penal, aplicando esses princípios desde o momento em que fosse aplicada a pena.

Bem diferente é a atitude que presenciamos no sistema prisional hoje. Ali eles procuram entender o fenômeno pelo que ele realmente aparenta, não observando como ele é produzido, a energia que ele determina e o caminho que ele toma, além dos efeitos sociais que ele lança. Isso fica bem ilustrado quando observamos um dos maiores problemas vivenciados hoje no sistema prisional brasileiro e que diz respeito à questão da exclusão e da violência.

As análises em torno do sistema prisional brasileiro denotam um quadro de violência, rebeliões, tentativas de fugas, e o crescente problema da superlotação, aliado a precárias estruturas físicas para o cumprimento das penas. Esses elementos permitem a sociedade olhar para o sistema com uma visão negativa. As más condições de trabalho, a falta de políticas governamentais que primem por um processo de profissionalização e ressocialização transforma o nosso sistema prisional em alvos de discussões e críticas, evidenciando sua impossibilidade de promover a reintegração do detento à sociedade.

Percebemos que o Estado ao tomar sob custódia os indivíduos em conflito com a lei, não consegue garantir o retorno desse cidadão livre do estigma de ex-detento, tampouco capacitado a reinserção social efetiva e com dignidade humana. Nossa investigação denota que é de fundamental importância que o Estado utilize o trabalho e da educação, previstos e regulamentados na Lei de

47 MIRABETE, Julio Fabbrini. *Execução Penal*, 11 ed. São Paulo: Atlas, 2004, 25.

48 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, Roberto Machado, 19 ed., Rio de Janeiro: Graal, 2004, pg. 13.

Execução Penal⁴⁹, não somente como forma de diminuir a ociosidade, mas, sobretudo como ferramentas de ressocialização. Acreditamos que a ressocialização torna-se um forte mecanismo no sentido de diminuição da população carcerária e consequentemente do índice de criminalidade e reincidência. Do mesmo modo, ações educativas aliadas ao trabalho comprometido com a profissionalização são capazes de promover a reintegração do egresso do sistema ao convívio social.

É fundamental que se construa junto ao indivíduo em situação de privação de liberdade a certeza de que ele pode acertar, tornando-o ciente de suas qualidades, pois como diz Michel Foucault (1987), diante da ocupação o condenado contrairá o hábito, o gosto e a necessidade de construir algo em prol de sua profissionalização, sob o exemplo da vida com o trabalho, sua vida tomará uma forma *mais pura*. É esse nosso objetivo, que se construa um sistema onde a alma esteja liberta e que a dignidade humana esteja assegurada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita desse artigo nos proporcionou perceber que fazer uma leitura em torno do Sistema Penitenciário do Brasil ou do nosso Estado do Rio Grande do Norte é mergulhar numa abordagem mais ampla no sentido de perceber como os costumes são cristalizados socialmente e como a sociedade percebe e utiliza essas atitudes para dar vida a determinada ordem social. Conforme já ressaltamos o sistema prisional no Brasil é falho, os estabelecimentos prisionais não reeducam os presos, pelo contrário, induz a criminalidade, mostrando que é urgente a necessidade de se adotar um sistema prisional racional e humano.

Ao conversar com os *recuperandos* da APAC percebemos a importância de se adotar uma postura humanescente no modo de cumprir penas.

Nossa pesquisa nessa instituição mostrou a necessidade de educar antes o sistema, para só assim reeducar o recuperando. Percebemos que a educação, seja o letramento e/ou a educação moral, quando deixada de lado provoca um desconforto social. Nossa pesquisa evidenciou que a educação desenvolvida na APAC tem sido indispensável para a reinserção, começando com o letramento dos que não têm e continuando com ensinamentos éticos e morais fundamentais para o desempenho e autoconfiança tanto do recuperando quanto da sociedade que os receberão.

Não há dúvidas, as falas dos entrevistados nos mostram o quanto à educação recebida na APAC já deu lugar a um sentimento de mudança e a sua recuperação, de forma a reintegrá-lo socialmente com toda dignidade. Cumpre enfatizar que a reeducação precisa de apoio sociocultural, e que os *recuperandos* observam que a educação pode combater os estigmas, sendo uma possibilidade de resolver o problema causado pelo estigma e a discriminação, já que se pauta em valores éticos. Deste modo, a educação tem papel crucial, sendo a grande mediadora no processo de ressocialização, esta que só vai ser possível quando encarada de forma a garantir o retorno do cidadão livre do estigma de ex-apenado. Nesse sentido, a método apaqueano tem contribuído para que essa realidade se torne possível.

É preciso que o Estado se utilize da educação, previstos e regulamentados na Lei de Execução Penal⁵⁰, não somente como forma de diminuir a ociosidade, mas, sobretudo como ferramentas de ressocialização. O lugar da prisão precisa ser visto não como forma punitiva ou apenas como espaço de restrição de liberdade. É imprescindível promover no *recuperando* o desejo de querer acertar. Nossos diálogos e reflexões deixaram claro, isso só vai ser possível mediante a educação, ferramenta necessária ao busca pelo auto e crescimento pessoal e social. A Educação

49 BRASIL. Lei de Execuções Penais – LEP. *Op. Cit.*:

50 BRASIL. Lei de Execuções Penais – LEP. *Op. Cit.*

precisa esta aliada ao trabalho profissionalizante; esta como ponto de apoio e aquele como promotor da dignidade humana, pois, como discutido, a educação profissionalizante é essencial para inserção do preso no mercado de trabalho formal.

Nesse sentido, observamos ser a educação a melhor coisa a se fazer em prol do homem encarcerado, pois se o preso não for educado dentro das prisões, ao sair dela ele provavelmente voltará a criar problemas para a sociedade.

Constatou-se que existe grande diferença entre o atual *recuperando apaqueano* em detrimento daquele que outrora vivenciou as regras do sistema prisional convencional, pois conforme nos relatou um dos entrevistados, o mesmo seria *capaz de erguer as paredes da APAC caso elas caíssem*, mostrando que o sentido de humanescência dado ao método promoveu mudanças nesse homem, bastando que a outros que também vivenciaram a experiência da privação de liberdade lhes seja dada educação, respeito e dignidade.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de etodologia científica**. 3a. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Coleção Paulo Freire: biografia, educação, legado, inspiração. Cedec, 1979, pag. 26.

CHIZZOTTI, Antônio. A pesquisa qualitativa em Ciências humanas e Sociais. **Revista Portuguesa de Educação**. Año/vol. 16, número 002. Universidade do Minho Braga, Portugal, 1991.

BRASIL. **Lei de Execuções Penais – LEP**. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984

DIAS, Adelaide Alves. **Da Educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo**. In: DIAS, Adelaide Alves (org.). Educação em direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. In: RAMALHETE, Raquel (tradução). 32 ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GOFFAMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4a. Edição, Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Os sujeitos da educação de jovens e adultos privados de liberdade: questões sobre a diversidade. **Programa 2. EJA e Educação Prisional – Salto para o futuro**. Boletim 06 Maio de 2007.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução Penal**, 11 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elionaldo Fernandes: **A Educação na Prisão como Política Pública**: entre desafios e tarefas. In: Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Docência na Prisão**: Professores Duplamente Iniciantes, Aprendendo com os Pares e com o Contexto. II Congreso Internacional sobre Profesorado Principiante e Inserción Profesional a la Docencia. Buenos Aires, 2010.

_____. **A execução penal à luz do método APAC**. In: SILVA, Jane Ribeiro (org.). Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011.

_____. **Educação escolar entre as grades**. São. Carlos: Edufscar, 2007.

OTTOBONI, Mário e FERREIRA, Valdeci Antônio. **Parceiros na ressurreição**: jornada de libertação com Cristo e curso intensivo de conhecimento e aperfeiçoamento do Método APAC, especialmente para presos. São Paulo: Paulinas, 2004.

OTTOBONI, Mário. **Meu Cristo, estou de volta!**: pastoral carcerária aplicada no revolucionário sistema APAC, 2 ed., São Paulo: Paulinas, 1984.

_____. **Ninguém é irrecuperável**: APAC: a revolução do sistema penitenciário. 2 ed.1997; São Paulo: Cidade Nova, 2001.

_____. **Vamos matar o criminoso?**: método APAC. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

SYKES, G. M. (1999). **The society of captives**: a study of a maximum security prison. New Jersey: Princeton University Press.

WACQUANT, Loïc. **O lugar da prisão na nova administração da pobreza**. Novos estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 80, Mar. 2008.